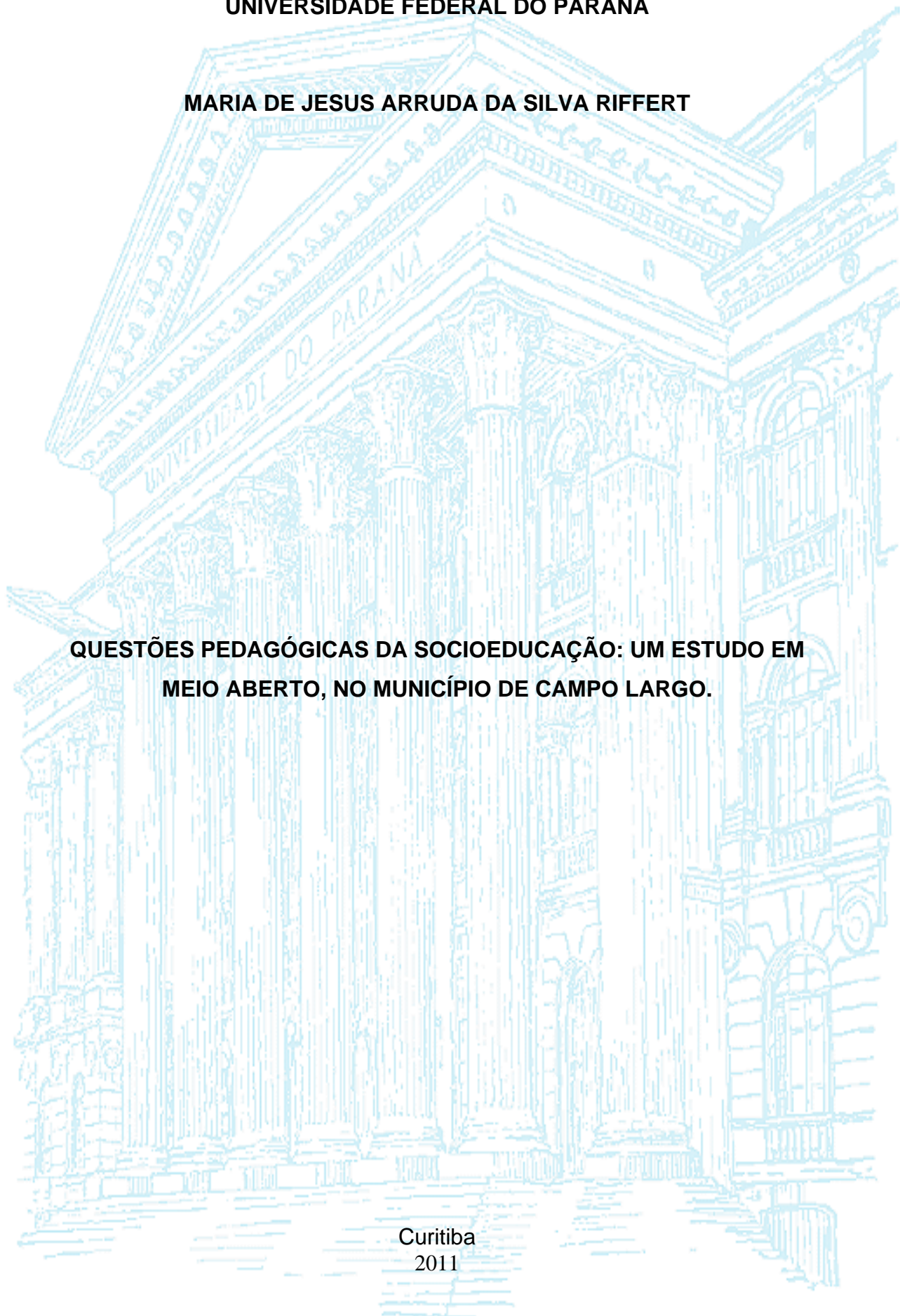


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**MARIA DE JESUS ARRUDA DA SILVA RIFFERT**

**QUESTÕES PEDAGÓGICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO: UM ESTUDO EM  
MEIO ABERTO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.**

Curitiba  
2011



**MARIA DE JESUS ARRUDA DA SILVA RIFFERT**

**QUESTÕES PEDAGÓGICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO: UM ESTUDO EM  
MEIO ABERTO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico: A Relação entre Escola Pública e Educação Popular. Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gracialino da Silva Dias.

Curitiba  
2011

Agradeço a Jesus Cristo essência de minha vida, o equilíbrio necessário para vencer as dificuldades e efetivar este trabalho e concluir este curso, sem o conhecimento que tenho Dele não teria chegado até aqui. Agradeço também a todos os (às) professores (as) que compartilharam conosco seus conhecimentos, experiências e contribuíram para o nosso crescimento intelectual. Ao professor Gracialino que no último momento, assumiu a responsabilidade de ser meu orientador, mesmo diante de todas as minhas limitações acadêmicas, em especial, a professora Sônia Miranda que indicou a sua dissertação que muito contribuiu para realização desse trabalho. Aos técnicos do CREAS que contribuíram com a pesquisa de campo. À minha cunhada Janice que cuidou das crianças para que eu pudesse estudar. Aos meus filhos Gabriel e Daniel que suportaram a minha ausência sem muitos questionamentos. Ao meu amado Gilmar (in memoriam) que sempre me incentivou a retornar aos estudos.

“Onde existir um pedagogo cientista, aí existe educação popular.”

Gracialino Dias

“O erro do advogado, a humanidade esquece. O erro do médico, a terra come. O erro do engenheiro vira ruínas. Mas o erro do Pedagogo passa de geração a geração.”

Raquel Capiberibe

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>6</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. SOCIOEDUCAÇÃO E O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIÁLETICO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. CONCEITUANDO O PROBLEMA: A RELAÇÃO ENTRE SOCIOEDUCAÇÃO, ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO POPULAR.....</b>	<b>21</b>
<b>3. SOCIOEDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.....</b>	<b>29</b>
3.1 Sobre o município de Campo Largo.....	29
3.2 Identificação dos principais documentos alvos da pesquisa.....	30
3.3 O ambiente pesquisado.....	31
3.4 A fala dos técnicos .....	32
3.5 A rotina do trabalho pedagógico.....	36
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>6. ANEXOS.....</b>	<b>46</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

IASP – Instituto de Ação Social do Paraná

LA – Liberdade Assistida

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PSC – Prestação de Serviço a Comunidade

SECJ – Secretaria de Estado da Criança e da Juventude

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SAIJ – Serviço de Atendimento a Infância e a Juventude

## RESUMO

Este trabalho discute algumas questões pedagógicas sobre a socioeducação. Compreende-a enquanto uma práxis de natureza social e pedagógica realizada em um espaço não escolar e institucional, com adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à comunidade. A proposta que orienta o estudo é a análise da socioeducação no contexto da sociedade capitalista, um cenário de crises sociais, políticas, econômicas que interferem diretamente no modo como se organiza a vida. A concepção teórico-metodológica é o materialismo histórico e dialético. Propõe-se a análise dos fundamentos teóricos e práticos dessa pedagogia a partir dos documentos produzidos pelo poder público, bem como a prática através da experiência concreta no CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) no município de Campo Largo. Com esse estudo buscou-se responder aos seguintes objetivos: Averiguar as questões pedagógicas desenvolvidas pelas medidas socioeducativas; Caracterizar atuação dos profissionais nesse processo educativo no âmbito das ações socioeducativas; Esclarecer como ocorreu a municipalização da política de socioeducação. O desenvolvimento deste trabalho foi realizado com base no entendimento de que, deve haver a prevalência dos aspectos formativos sobre os punitivos.

**Palavras-chave:** Pedagogia social; Princípio Educativo; Educação Popular.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho corresponde ao estudo de interesse pedagógico na esfera não escolar, particularmente vinculado as políticas públicas de caráter educativo destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, operacionalizadas pelos municípios brasileiros.

Esse estudo se torna relevante a partir do momento em que propõe um desvelar da realidade concreta do trabalho pedagógico na socioeducação. Entende-se que a função social da escola está claramente definida: a socialização dos conhecimentos científicos e culturais historicamente produzidos. Na socioeducação esta função ainda está em construção, levando-nos à reflexão sob que bases ela se sustenta: no interesse das classes populares, alvo principal de sua atuação, ou apenas mais uma das soluções paliativas do capitalismo para encobrir as suas mazelas? Portanto, há a necessidade de extrair da experiência prática a essência do pedagógico na socioeducação.

Apontar caminhos para definição plena dessa função torna-se importante para o trabalho com os adolescentes em conflito com a lei, não somente nos dias atuais, pois sugere uma práxis futura que não separe teoria e prática, mas trabalhe numa perspectiva unitária que defina claramente em seu projeto pedagógico o como e o que ensinar, em todas as práticas socioeducativas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 112 prevê que em caso do adolescente cometer um ato infracional, dependendo da gravidade, poderá receber as medidas socioeducativas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, e internação em estabelecimento educacional. Este estudo se concentra nas medidas de meio aberto: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), as quais os adolescentes cumprem em liberdade e que consistem basicamente em:

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada

máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou jornada normal de trabalho. (Art.117, ECA, 1990)

A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Ministério Público e o defensor. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; apresentar relatório do caso. (Art. 118 e 119, ECA, 1990)

Visando cumprir esta legislação, “o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), juntamente com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)” criam o SINASE<sup>1</sup> que se constitui na Política Nacional para a socioeducação:

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público(...) constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.(SINASE,2006, p.22 e 23).

Constata-se que a socioeducação é uma proposta do ECA, elaborada no SINASE como uma diretriz, a partir desse documento os entes da federação passam a desenvolver esse trabalho educativo com os adolescentes infratores como uma forma de que essas “ações socioeducativas exerçam uma influência sobre a vida do adolescente..., possibilitando que assumam um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária”.(idem, p.52)

O contato da autora em questão, com a socioeducação ocorreu em uma experiência profissional, na condição de pedagoga, desenvolvida no CREAS<sup>2</sup> em Campo Largo - programa Liberdade Cidadã – executor das

---

<sup>1</sup> SINASE (2006, p.16)

<sup>2</sup> No município de Campo Largo as medidas socioeducativas de meio aberto são executadas pelo Centro de Referência especializado de Assistência Social (CREAS). De acordo com a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, no CREAS podem ser ofertados os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC). Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009.

medidas socioeducativas de meio aberto, no período de março de 2009 a março de 2010.

Na organização do trabalho pedagógico nesta instituição, com uma equipe multiprofissional, surgiu a necessidade de um maior aprofundamento teórico, visto que abordava-se apenas uma perspectiva inclusiva o que parecia um engessamento das possibilidades que poderiam advir desse processo, igualmente, ao pedagogo não foi dado o devido valor que o trabalho educativo requer embora em um ambiente não escolar. O que contraria a normativa do SINASE que “reafirma a diretriz do Estatuto sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa” (idem, p.13).

Assim, na Universidade Federal do Paraná, no curso de especialização, através da Tese de Doutorado da professora Sônia Miranda (2005) constatou-se que essa educação social vem sendo construída, com fundamentos científicos, na própria universidade, a qual destaca em um capítulo intitulado “Subsídios para uma pedagogia voltada para a área da criança e do adolescente em situação da rua e de risco social e pessoal – A proposição da sócio - pedagogia” (MIRANDA,2005, p.260) tendo seus fundamentos na pedagogia Socialista e na Psicologia Social Latino-americana.

Miranda ressalta a importância da práxis nesse processo educativo, e reconhece à relevância do papel do pedagogo e de outros profissionais ligados a educação nesse tipo de trabalho, bem como, trabalha a questão da subalternidade dos técnicos e educandos nesse processo.

...destacamos a possibilidade de enfatizar a centralidade da natureza pedagógica deste tipo de trabalho, e, portanto, a centralidade do papel do pedagogo(...) haja o reconhecimento do conhecimento científico para sustentar a reflexão sobre a prática, sobretudo nos contextos onde perpassam conteúdos políticos intencionalizados para transformação social e não para a reprodução social(...) onde o Poder Público do Estado capitalista responsável pela manutenção de programas sociais, venha a exercer seu processo hegemônico de reprodução social e onde os atores sociais que desenvolvem as práticas sócio-pedagógicas não exerçam força contra-hegemônica de superação de sua subalternidade, como classe trabalhadora, e dos educandos sob sua responsabilidade. (idem, 2005, p.261 e 262)

Todos esses referenciais encontrados no trabalho da professora Sônia Miranda (2005) nos levaram a reflexão e a proposição, deste estudo que apresenta como eixos centrais da pesquisa: a análise das propostas pedagógicas, a atuação dos profissionais, o trabalho educativo, e as dificuldades encontradas com a municipalização. Buscando um nível de

totalidade que permita descobrir as contradições existentes em todo esse processo tendo como concepção teórico-metodológica de suporte o materialismo histórico e dialético base para o trabalho.

Além do materialismo, considerou-se como concepção teórico-metodológica a pesquisa qualitativa por apresentar características apropriadas ao estudo da subjetividade no campo educacional, proporcionando o aprofundamento teórico e crítico nesse processo de estudo:

A pesquisa qualitativa tem o seu ambiente natural, como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento (...) 2. Os dados coletados são predominantemente descritivos(...) 3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto(...) 4. O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador(...) 5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (BOGDAN e BIKLEN *apud* LÜDKE & ANDRE, 2007, p. 11-13).

Portanto, pretende-se estudar, a socioeducação em Campo Largo, abordando-a no contexto da sociedade capitalista, como o capitalismo vem atendendo essa demanda, de adolescentes infratores frente a esta educação social, na esfera municipal. E, como os profissionais que atuam nesses espaços educativos, desenvolvem essas práticas sociopedagógicas, se estas, refletem um conteúdo crítico, emancipatório, ou apenas pragmatista de inclusão social.

Para melhor esclarecimento do tema a estrutura da monografia, compreenderá os seguintes capítulos;

O primeiro capítulo – “A socioeducação e o Materialismo histórico e dialético” constitui-se um esforço de discorrer sobre a relação entre socioeducação e o materialismo histórico e dialético, que consiste na base teórica para a análise da socioeducação frente à sociedade capitalista. Histórico no sentido de que o trabalho é alienado no capitalismo e dialético que existem contradições em todo esse processo.

O segundo capítulo – “Conceituando o Problema: A relação entre socioeducação, escola pública e educação popular”. Constitui-se em uma tentativa de relacionar socioeducação, educação escolar e educação popular.

Este texto tem a pretensão de transitar pelo conceito de educação popular em uma perspectiva classista, hegemônica e de transformação social, entendendo-a enquanto apropriação do conhecimento científico pelas classes populares como foi proposto durante todo o curso de “Organização do Trabalho

Pedagógico: A Relação entre Escola Pública e Educação Popular”, sem contanto desconsiderar as contribuições de autores que retratam a educação popular em uma perspectiva de inclusão social-concebida para atender aos necessitados aos miseráveis.

Compreende-se a importância de relacionar a socioeducação no contexto da educação popular apontando-lhe possibilidades de identificação com a classe a que educadores e adolescentes fazem parte revelando-lhes a verdade do ponto de vista destes, fazendo-os apropriar e entender o mundo e conseqüentemente promover a sua libertação.

Educação popular no rigor científico estuda a práxis, o conhecimento filosófico e tem como concepção teórico-metodológica de suporte o materialismo histórico e dialético e como categoria base: o trabalho.

O terceiro capítulo – “A Socioeducação no Município de Campo Largo”. Discorre-se sobre a realização da pesquisa de campo, as questões propostas para o alcance dos objetivos, a análise dos documentos utilizados durante o estudo identificando os itens considerados relevantes em cada um deles, relata a opinião dos técnicos em relação ao trabalho educativo mediante as questões propostas e analisa como acontece a socioeducação no município de campo Largo, quais são os limites e possibilidades dessa educação.

As considerações finais abordam a motivação principal para realização deste estudo, os resultados da pesquisa, as possibilidades e contradições da socioeducação frente à educação popular classista, as limitações da autora no trato científico e aponta caminhos para outros trabalhos na área como forma de um aprofundamento teórico maior.

## 1. A SOCIOEDUCAÇÃO E O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIÁLETICO

Embora o recorte oferecido ao tema tenha uma abrangência local não podemos examiná-lo isoladamente, tudo está relacionado ao modo como se produzem as coisas, ou seja, ao trabalho.

Compreende-se o trabalho como a categoria básica do materialismo que traz em si a possibilidade de transformação e emancipação humana. Trabalho este realizado de forma intencional, com finalidade definida constitui-se um diferencial entre os homens e os animais, pois, o homem ao transformar a natureza transforma a si próprio.

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (...) quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão (...) Resumindo: Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e obriga a servir-lhe, dominando-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que resulta do trabalho. (ENGELS, 2004, p. 14-29)

O ser humano na intensão de suprir suas necessidades fundamentais de alimentação, abrigo, reprodução cria instrumentos para relacionar-se com a natureza, primeiro o seu próprio corpo depois outros. Esses instrumentos produzem uma potencialização, ou seja, ao criar o arco e a flecha estes se tornam uma potencialização do braço humano, assim sucessivamente, o automóvel a potencialização das pernas humanas.

A alienação do capital está no fato de que nem todos os seres humanos têm acesso às potencializações criadas por eles próprios. Este relacionamento do homem com a natureza através da mediação dos instrumentos produz o ser social.

Partindo desse entendimento, com a necessidade de comunicação o homem gerou a linguagem, capacidade de operar mentalmente sem a presença do objeto, pensamento abstrato. Através da linguagem o homem deu um salto, esta se torna um dos instrumentos mais complexos que o ser

humano já inventou. Instrumento de dominação carrega em si carga ideológica e divisão de classes.

Portanto, a transformação humana da condição de alienação, poderia vir através do domínio dessa linguagem, o proletariado criando a sua própria linguagem e dominando a linguagem da classe dominante, por isso diz-se que para emancipar-se o proletariado precisa de uma Filosofia, um instrumento teórico e espiritual que promova sua libertação. Filosofia que se constitua num elemento indissolúvel entre teoria e prática – práxis.

A práxis é entendida como atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano, é a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo. (VAZQUEZ, 1977, p. 3 e 5).

Dessa forma, entende-se que o trabalho é uma objetivação ineliminável e primária do ser social, ou seja, para existir ser social é necessário que haja trabalho. E tudo que é produto do trabalho é uma objetivação como a arte, a ciência, a religião, a reflexão todas originárias do trabalho.

Portanto, compreende-se que o trabalho hominizou o homem, ou seja, o homem é homem porque trabalha, entretanto no sistema capitalista sob a forma de exploração e alienação humana o trabalho torna-se estranho ao próprio homem, segundo MARX e ENGELS (2007 p.72) “as forças produtivas aparecem como plenamente independentes e separadas dos indivíduos” assim, mais uma mercadoria (força de trabalho) vendida ao capitalista que detém os meios de produção e dela retira o seu lucro.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu trabalho (...) Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio desses, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos. (MARX, 2008, p. 94)

O trabalho que deveria ser fonte de prazer e realização humana torna-se apenas fonte de sua alienação. Entende-se, pois que para o trabalho deixar de ser mercadoria só através da práxis. A práxis é entendida como atividade produtiva – transformadora da natureza, como atividade revolucionária dos homens no processo de transformação de suas próprias relações sociais, e como prática social no processo de conhecimento (VAZQUEZ, 1977 p.37). Assim, acrescenta Marx e Engels.

... a combinação do trabalho produtivo e intelectual dará , além disso, uma higiene do corpo, criando uma estética que transfigurará o mundo material bem como o espiritual, dando impulso natural às forças humanas de todo gênero(...) pela simples combinação do saber e do fazer(...)a atividade prática é tanto a ocasião de adquirir uma experiência útil como a possibilidade de aplicar e de controlar o saber teórico, até mesmo de o desenvolver. A partir do momento do desenvolvimento de uma atividade revolucionária, a teoria ganha (e impregna) as massas revolucionárias. (MARX, K e ENGELS, 1978).

A prática descrita constitui-se essencialmente no trabalho. A ação prática sobre as coisas que proporciona a construção do conhecimento, das teorias. O conhecimento não é outro senão o conhecimento científico, o próprio processo de construção do conhecimento depende dessa ação dialética, é através da práxis que o proletariado toma consciência de sua condição de explorado, alienado e da necessidade radical de sua libertação.

Para dar conta desse estudo, se faz necessário entender a socioeducação no contexto dessas relações de produção impostas pelo sistema capitalista que determina a estrutura de regulação política da sociedade, ou seja, tudo na sociedade capitalista depende dele, a economia, a política, a educação.

Vale ressaltar que a socioeducação em seu caráter protetivo, ou seja, violação dos direitos de crianças e adolescentes através do trabalho, tornou-se alvo das reflexões de Marx, que se preocupou com a omissão do Estado Capitalista e dos próprios pais por desconhecerem a situação de risco pessoal e social que seus filhos estavam expostos. Max chega até mesmo a elaborar um programa educacional para essas crianças e adolescentes. Miranda (1991) faz questão de descrevê-lo na íntegra, o qual esta autora concorda plenamente diante da relevância desse documento para os dias atuais.

Trabalho dos adolescentes e das crianças de ambos os sexos:

Por adulto, entendemos toda pessoa que já completou 18 anos.

Consideramos a tendência da indústria moderna a fazer com que crianças e adolescentes dos dois sexos cooperem no grande movimento da produção social, como um progresso e uma tendência legítima e razoável, ainda que o reino do capital tenha feito disto uma abominação. Numa sociedade racional, qualquer criança, desde os nove anos, deve ser um trabalhador produtivo, assim com nenhum adulto, de posse de todas as suas faculdades, pode-se isentar dessa lei geral da natureza. Se quisermos comer, é preciso trabalhar, e não somente com o nosso cérebro mas também com nossas mãos. Entretanto, no atual momento, só devemos nos ocupar das crianças e jovens das classes trabalhadoras. Julgamos útil dividi-los em três categorias, que devem ser tratadas de modo diferente.

A primeira categoria compreende as crianças entre nove e 12 anos, a segunda as de 13 a 15 anos, a terceira os jovens de 16 e 17 anos. Propomos que a utilização da primeira categoria em qualquer tipo de trabalho, na fábrica ou a domicílio, seja legalmente restrita a duas horas diárias; a da segunda categoria a quatro horas, e a da terceira a seis horas. Para a terceira categoria, deve haver uma interrupção, de pelo menos uma hora, para a refeição e recreação.

Seria desejável que as escolas elementares comessem a instrução das crianças, antes da idade de nove anos. Mas, no momento, só devemos pensar nas medidas absolutamente necessárias para contra-arrestar as tendências de um sistema social que degrada o operário, a ponto de torná-lo um mero instrumento para acumulação do capital; e que, fatalmente, transforma os pais em mercadores de escravos que vendem os seus próprios filhos. O direito das crianças e dos adultos deve ser defendido, uma vez que eles não podem fazê-lo por si mesmos. É, portanto, dever da sociedade agir em seu nome.

Se a burguesia e a aristocracia são negligentes em seus deveres para com seus descendentes, é um problema delas. Desfrutando do privilégio de membros dessas classes, essas crianças estão condenadas também a padecer preconceitos.

O caso da classe operária é bem diferente. O trabalhador não age livremente. Frequentemente, ele é muito ignorante para compreender qual é o verdadeiro interesse do seu filho, ou as condições normais do desenvolvimento humano. No entanto, a parte mais esclarecida da classe operária compreende plenamente que o futuro da sua classe e, por conseguinte, da espécie humana, depende da formação da geração operária que cresce. Ela compreende, antes de mais nada, que as crianças e os adolescentes devem ser preservados dos efeitos destruidores do sistema atual. E isto só pode ser realizado pela transferência da razão social em força social; o que, nas circunstâncias presentes, só pode ser feito através de leis gerais impostas pelo poder do Estado. Ao imporem tais leis, as classes operárias não estarão fortalecendo o poder governamental. Ao contrário, elas estarão transformando o poder dirigido contra elas, em seu agente. O proletariado fará, então, através de uma profusão de esforços individuais.

Por tudo isso, declaramos:

A sociedade não pode permitir nem aos pais, nem aos patrões, o emprego de crianças e adolescentes para o trabalho, a menos que se combine o trabalho produtivo com a educação. Por educação nós entendemos três coisas: 1) educação mental; 2) educação corporal, tal qual é produzida pelos exercícios ginásticos e militares; 3) educação tecnológica, compreendendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção e, ao mesmo tempo, iniciando as crianças e os adolescentes no manejo dos instrumentos elementares de todos os ramos industriais.

A divisão das crianças e adolescentes em três categorias, de nove a 18 anos, deve corresponder uma marcha gradual e progressiva em sua educação mental, física e tecnológica.

Os gastos dessas escolas técnicas devem ser cobertos, em parte, pela venda dos seus produtos.

Essa combinação do trabalho produtivo pago com a educação mental, os exercícios corporais e a aprendizagem politécnica, elevará a classe operária bem acima do nível das classes burguesa e aristocrática.

Fica subentendido que o emprego de criança ou adolescente, entre nove e 18 anos em qualquer tipo de trabalho noturno, ou em qualquer ramo industrial que possa

acarretar efeitos nocivos para a saúde, deve ser severamente proibido pela lei. (MACHADO, 1991, p.147 *apud* cf. K. MARX, Oeuvres I, ed. Cit., p. 1463)

O ano de publicação desse documento é 1866. Mais ainda hoje a sociedade, o Estado e os pais negligenciam a proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes. Os meios de produção modificaram-se, mas a exploração humana através do trabalho permanece nociva ao trabalhador e acaba por desembocar no agravamento da questão social.

Segundo Octávio Ianni, (1996, p.28), as mudanças ocorridas no processo de produção e no trabalho através da globalização da economia, geraram alterações significativas no mundo do trabalho agravando a questão social, basicamente a transição do modelo de produção fordista para o toyotista: em um, o trabalhador considerado um mero executor de tarefas puramente repetitivas, o outro centrado na tecnologia, comandado pela máquina, exigindo nova organização do trabalho que permita eficiência, rapidez, eliminando o desperdício, sustentado pelo discurso da qualidade total.

O trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadorias e excedente, lucro ou mais-valia (...) à flexibilização, amplamente dinamizada pelas tecnologias eletrônicas e informáticas, parece acentuar e generalizar o desemprego estrutural. São trabalhadores com reduzidas ou nulas possibilidades de empregar-se e movem-se de um lado para o outro, por diferentes cidades, províncias, nações e regiões, tecendo o seu mapa do mundo (...) O desemprego estrutural pode implicar a formação da subclasse, uma manifestação particularmente aguda da questão social (...) expressão do desemprego prolongado, bem como de transformações sociais mais amplas na organização da sociedade: falta de especialização e treinamento profissional, longa dependência de assistencialismo, lares chefiados por mulheres, falta de uma ética do trabalho, droga, alcoolismo. Em todos os casos, está presente o elemento básico da questão social envolvida na dissociação entre trabalho e produto do trabalho, produção e apropriação, ou simplesmente alienação. A questão social revela-se produto e ingrediente da globalização do capitalismo. (IANNI, 1996 p. 21-31).

A socioeducação torna-se uma necessidade na sociedade capitalista, onde não há trabalho e renda para todos e conseqüentemente se multiplica o desemprego, a pobreza a miséria a fome a desestruturação familiar à competitividade e violência de diferentes formas.

Nesse contexto, o modo de produção capitalista, a educação cumpre principalmente duas funções: 1) a de preparar os seres humanos, especialmente os trabalhadores, para se adequarem às exigências colocadas pelo capital; 2) transmitir e internalizar uma ideologia do sucesso e das

responsabilidades, baseado no desempenho individual (TORRES, 2010, p.47 *apud* MÉSZÁROS, 2008).

De acordo com o SINASE (2006, p.46) cabe a socioeducação a responsabilidade de contribuir na formação do adolescente, “de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de relacionar-se melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais”. Nesse processo, o adolescente é considerado como um protagonista, ou seja, participa juntamente com seus orientadores da construção da sua história, do seu projeto de vida.

A educação nacional tem como objetivos maiores a formação integral do educando, a sua preparação para a cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Visa, portanto, formar a pessoa, o cidadão e o trabalhador. O protagonismo juvenil relaciona-se, com a preparação para a cidadania. Não podemos, entretanto, aprisioná-lo nesse campo. Sua prática tem-se revelado extremamente frutífera, como estratégia propiciadora do desenvolvimento de qualidades que os capacitam para ingressar, permanecer e ascender no mundo do trabalho. (COSTA, 2006, p.21)

Diante do exposto, se faz necessário questionar o papel que tem a educação nacional e que vem sendo absorvido pela socioeducação. Se esta realmente apresenta um conteúdo social ou apenas está direcionada para atender as exigências do mercado de trabalho.

De acordo com Saviani (1992), “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como e, ela própria, um processo de trabalho”. O capitalismo pode utilizar-se da educação apenas para reproduzir a ideologia dominante, inculcando nos adolescentes suas normas e valores, preparando-os para adaptarem-se as normas do mercado, responsabilizando-os individualmente pelos seus fracassos e sucessos, como relata Torres:

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos – (...) da legitimidade da posição que lhe foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas “expectativas adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (TORRES, 2010, p.47 *apud* MÉSZÁROS, 2008).

Nesse sentido, compreende-se que a educação pode ser responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior dos quais os

indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos, mas ela não é determinante visto que “a transcendência positiva da alienação é, em última análise, uma tarefa educacional, deve ser concebida no quadro global de uma estratégia educacional socialista” (MÉSZÁROS, 2006).

Diante da situação conflituosa em que está colocada a educação. Este poderia ser o momento de rever os conceitos abordados por Marx e Engels de escola única e ensino politécnico, como uma maneira de encontrar alternativas para fugir da desesperança.

Marx e Engels concebiam as atividades de trabalho e de educação como integrantes de um único processo, com articulação entre teoria e prática. Pela chamada educação politécnica, através da qual seriam transmitidos os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, além de uma iniciação no manejo das ferramentas elementares das diversas profissões, acreditavam que seriam atingidos três objetivos: a intensificação da produção de homens plenamente desenvolvidos e a obtenção de poderosos meios de transformação da sociedade capitalista (...) a nova educação, deve começar já no capitalismo. Os homens responsáveis pela ruptura com este sistema, por mais que se desenvolvam as forças produtivas e as formas de intercâmbio, serão sempre homens incompletos e privados do desenvolvimento de sua potencialidade. No entanto, todo o desenvolvimento possível no âmbito do capitalismo deve ser estimulado e perseguido, não apenas como direito dos trabalhadores – porque este direito também é uma conquista historicamente adquirida – mas porque por ele são aceleradas as condições objetivas da revolução. (MACHADO, 1991, p. 89 -123)

Portanto, essa educação concebida por Marx e Engels não se enquadra ao modelo que a produção determina, mas tem uma amplitude maior, busca a libertação, a formação de um novo homem, consciente e sujeito da construção de sua história.

Mészáros (2006, p.277) diz que “Os interesses econômicos imediatos sempre predominam no capitalismo”, almejando a superação dessa visão do sistema educacional centrado no pragmatismo, buscou-se o repensar da prática pedagógica através dessa categoria trabalho.

Marx e Engels (2007, p.94) afirmam que “os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar”. Então, entende-se que o trabalho contém em si ao mesmo tempo a possibilidade de transformação ou manutenção das relações de produção que dominam toda a sociedade.

Dessa forma, entende-se que a educação é importante nesse processo de desalienação, mais a práxis verdadeira, deverá romper com a dicotomia entre trabalho e educação. Teoria e prática juntas na formação de um novo homem capaz de enfrentar todas as exigências do desenvolvimento que o trabalho lhe impõe.

Essa breve revisão da literatura ressaltando as bases conceituais do materialismo histórico e dialético são fundamentais para o desenvolvimento da noção de socioeducação numa perspectiva crítica.

É importante destacar o caráter educativo da socioeducação, entretanto essa educação da forma como vem sendo executada está longe de se configurar em uma educação popular, exercida sob a contra hegemonia das classes dominantes e do seu estado, assim caracteriza-se apenas em uma educação burguesa. Entretanto, não significa dizer que a socioeducação não esteja atravessada pelas contradições da sociedade e que a mesma se apresente como uma unidade de contrários.

Assim, a socioeducação traduz uma proposta do estado burguês de contenção dessa massa de adolescentes infratores, através de um conjunto de medidas de caráter educativo, leis concebidas e emanadas por este estado.

Confrontando a concepção de educação que orienta as medidas socioeducativas com a concepção de educação que predomina na escola pública, pode-se afirmar que na primeira são conjugadas ações pedagógicas com medidas punitivas, enquanto que a segunda constitui-se em um trabalho pedagógico de caráter eminentemente formativo.

Pode-se afirmar que na socioeducação a imposição dos valores, normas e princípios da hegemonia dominante estão mais fortemente presentes do que na escola pública. Principalmente por esta educação ser imposta pelo judiciário, estando assim sob tutela do estado burguês, tornando-se um impeditivo do diálogo essencial para que haja educação popular e se publique a verdade do ponto de vista da classe oprimida.

A relação entre a socioeducação, a escola pública e a educação popular se constitui em objeto de análise no capítulo a seguir.

## **2. CONCEITUANDO O PROBLEMA: A RELAÇÃO ENTRE SOCIOEDUCAÇÃO, ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO POPULAR.**

A noção de socioeducação é relativamente nova na sociedade brasileira. Se inscreve a partir da Constituição Federal de 1988, do ECA de 1990 que instalaram um sistema de “proteção geral de direitos” de crianças e adolescentes cujo intuito é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral, denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). O SINASE (2006, p.22) ainda acrescenta que neste sistema:

...incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo Poder Público em suas três esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelos 03 Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social.

A socioeducação se constitui enquanto um tipo de educação, que pretende desenvolver capacidades pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas, em adolescentes que cometem atos infracionais e, portanto, estão sujeitos as medidas socioeducativas previstas no ECA; assim como existe educação geral, educação profissional, essa educação se estabelece como tal. Sobre esse assunto Ramos (2010, p.37 e 38) acrescenta:

Os destinatários são os mesmos, assegurando-se na socioeducação sua condição frente a uma determinação judicial que lhe impõe o cumprimento de uma medida socioeducativa. Assevera-se a normatização, tendo a disciplina como base do trabalho educativo (...) a transgressão acarreta perdas reais que comprometem o seu convívio social (...) a equipe de profissionais é acrescida de outros olhares, na escola a base do conhecimento é a educação; na socioeducação a base é interdisciplinar (...) oriundos de diversas áreas, tais como a psicologia e a assistência social (...) Na escola o pedagogo e a direção têm funções conhecidas do coletivo (...) na socioeducação, ainda está no campo do devir (...), ou seja, primeiramente o Assistente Social e na seqüência a Psicologia (...) os cuidados na escola são complementares aos da família. Na socioeducação a família assiste ao atendimento que seu filho recebe, numa relação passiva.

Segundo Miranda (2005, p.280) a escola falha com esses adolescentes em situação de risco, por não se colocar como referência significativa em suas vidas com o conhecimento claro da sua condição existencial, criando estratégias de trabalho que proporcionem a mediação entre as experiências

vivenciadas por esses adolescentes e os conteúdos historicamente produzidos pela sociedade.

...via de regra estes, têm seus laços com a escola rompidos, o que vale dizer que a escola como segundo grupo social significativo, após a família, não se estabeleceu como referência a ponto de demarcar uma nacionalidade, um conhecimento se si demarcado pela diferença do conhecimento do outro, além de não se construírem confrontos de histórias, normas, interesses, de uma forma intencionalizada e objetiva com a mediação da escola. As impressões mais fortes vão sendo demarcadas nas consciências dessas crianças e desses adolescentes de forma difusa, sem serem demarcados conteúdos sociais por mediadores intencionalizados com um fim educativo, mas sim por experiências de perdas compartilhadas por outros sujeitos em igual condição.

No Estado do Paraná a responsabilidade pela implementação das medidas socioeducativas cabe a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ)<sup>3</sup> tendo como órgão responsável pela execução o IASP. A SECJ encarrega-se tanto das medidas de meio fechado quanto pela capacitação e envio de recursos às medidas de meio aberto.

Os dados estatísticos do IASP<sup>4</sup> (2006, p.42) retratam a situação gritante da condição dos adolescentes infratores em relação à escola, significando 60,8% dos adolescentes com medida provisória e 40% dos adolescentes com medida de internação abandonaram a escola antes de terminar o Ensino Fundamental. Diante deste quadro, demonstra-se a preocupação por desenvolver ações junto à escola que possam reverter essa situação.

Portanto, entende-se que são necessárias algumas atitudes reformuladoras de paradigmas, tais como a compreensão da escola como um espaço responsável pela educação integral, que engloba valores sociais, conduta moral, ética e cidadania; a preparação do corpo docente para abordagem do tema na teoria e na prática; a inclusão da família no processo educativo; e a adoção de práticas de redução do comportamento violento ou ameaçador. (IASP, 2006, p.43)

A exclusão ou expulsão da escola desses adolescentes pobres para além de ser um aspecto pedagógico torna-se fundamentalmente, um aspecto político, que tem origem no caráter político e econômico do tipo de sociedade de classes no qual se vive: no capitalismo atrasado que a cada dia faz ampliar um número de explorados alienados e excluídos socialmente. Torna-se difícil

---

<sup>3</sup> Com a mudança de governo essa secretaria passou a intitular-se Secretaria de Estado da Família e desenvolvimento Social – SEDS.

<sup>4</sup> Cadernos do IASP. Compreendendo o Adolescente. Curitiba, 2006.

vislumbrar possibilidades de garantia de uma educação comprometida com as classes populares quando esta mesma educação é concebida e dirigida pelas classes dominantes.

A presença de adolescentes das classes populares em conflito com a lei e a ordem burguesa vigente se mostra em decorrência própria desse tipo de sociedade: a exclusão social gera rebeldia social, é um fato orgânico nessa sociedade.

Na realidade, o foco principal não é a escola e sim “a lógica do sistema capitalista que move o sistema escolar e nega o direito à educação das classes trabalhadoras através da dinâmica social” (ARROYO, 1987p. 16), a escola é reflexo da divisão de classes existente na sociedade capitalista, os trabalhadores têm interesses bem diferentes dos da classe dominante, que tenta fazer com que estes aceitem essa desigualdade de forma passiva, como se não existisse possibilidade de transformação,

O ideal pedagógico já não pode ser o mesmo para todos; não só as classes dominantes têm ideais muito distintos dos da classe dominada, como ainda tentam fazer com que a massa laboriosa aceite essa desigualdade de educação como uma desigualdade, imposta pela natureza das coisas, uma desigualdade, portanto, contra a qual seria loucura rebelar-se. (PONCE, 2005 p.36)

A educação imposta pela classe dominante já não atende as próprias demandas do capital, precisando estar se reorganizando para atender as suas necessidades. Esse tipo de educação não responde aos interesses do proletariado, portanto se faz necessário uma concepção de educação que vá além do ciclo vicioso do capitalismo, capaz de integrar conteúdos da ciência, da cultura e do trabalho contribuindo para apropriação do proletariado desses conhecimentos e preparando o caminho para transformação dessas relações de exploração. É nesse campo de conhecimento que atua a educação popular, uma proposta de educação para além do capital.

A educação para além do capital visa a uma ordem quantitativa diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação orientada pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital é absolutamente crucial para esse propósito. (TORRES, 2010, p.51 *apud* MÉSZÁROS, 2008).

Continuando com base o pensamento marxista sabe-se que a educação não precede a revolução, mas pode caminhar ao seu lado. “A libertação da humanidade está condicionada, não pela sua educação espiritual e moral, mas por um ato físico revolucionário, que quebra as superestruturas desusadas que pesam sobre a sociedade e entravam o seu desenvolvimento” (MARX e ENGELS, 1978).

Portanto, os marxistas pautam pela construção de uma proposição pedagógica popular que intente auxiliar no processo de superação da alienação através da superação da subordinação do trabalho ao capital. Só os homens podem provocar mudanças produzindo as condições materiais e intelectuais de sua existência, que se fundamentem num projeto que tenha princípios claros de materialidade, contribuindo para superação dessa dominação capitalista.

Somente a classe operária pode fazer da ciência um instrumento não de dominação de classe, mas sim uma força popular; fazer dos próprios cientistas não alcoviteiros dos prejuízos de classe parasita do Estado à espera de bons lugares e aliados do capital, mas sim agentes livres do espírito. A ciência só pode jogar seu verdadeiro papel na República do trabalho. (MARX, 1976)

A partir de então, na atividade associada (a única que permite o desenvolvimento em todos os sentidos de cada indivíduo), haverá fusão entre a teoria e a prática, e a atividade tornar-se-á científica, consciente e voluntária, para dominar as forças objetivas cegas que regulam o próprio homem até aí. (MARX e ENGELS, 1978).

Estaria, pois em uma educação popular (esta que primeiro lugar pretende ser científica no que diz respeito ao pertencimento a uma classe no caso o proletariado), a possibilidade de rebelião, ou seja, de construção de um projeto pedagógico capaz de promover uma mudança tão radical no modo como o capital organiza a vida, tornando o homem disponível para enfrentar todas as mudanças que as exigências do desenvolvimento do trabalho impõem, substituindo o homem alienado por um homem livre da exploração e da alienação do seu trabalho.

Esta posto um grande desafio, (entre todos aqueles que fazem educação escolar e não escolar juntamente com os movimentos sociais o compromisso ou a construção de uma educação popular - espaço de resistência, um processo heterogêneo, campo das lutas sociais, políticas e históricas – que estaria a caminho de contemplar o ideário marxista de

educação. Nessa proposta os próprios educadores precisam ser educados. Uma pedagogia de caráter popular compreende o professor enquanto um trabalhador (consciência de classe), cientista e educador.

Há uma pedagogia em marcha, que vai além da escola, na própria história, nas lutas sociais, na prática produtiva e político organizativa (...) nunca esteve tão florescente, pois nunca as camadas subalternas transformaram tanto sua maneira de conceber o real como nesse momento. Infelizmente, não somos profissionais dessa pedagogia, apenas da pedagogia escolar. Apesar de a escola dar a impressão de continuar mais ou menos como sempre esteve, é possível enxertá-la na vigorosa árvore do movimento social (ARROYO, 1987,18).

A educação popular que se tem conhecimento esteve mais associada a formas de educação não formal do que ao ensino. De acordo com proposição de educação popular descrita neste texto, educação não formal não é educação popular e sim educação de ONGS, pois, estas visam apenas à inclusão social, assumem políticas sociais que o estado se desresponsabiliza. Como exemplo o trabalho de Maria Gohn (1997), que descreve os quatro campos ou dimensões da educação não formal: “a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho; capacitação para a organização comunitária; a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados”. Na realidade não há mudança concreta, apenas diluição da classe trabalhadora nesses princípios burgueses.

A burguesia domina o sistema institucional, pois, “a classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas idéias” (PONCE, 2005). A educação popular é um dos vícios da prática política, quando tem sistematização começa a incomodar, prova disto é a intervenção nos movimentos sociais com objetivo de desqualificar a educação popular (ARROYO, 1987 p.18), por isso precisa estar baseada neste tripé: luta política como expressão de luta de classes, vínculo com o trabalho com a prática produtiva e experimentação científica.

Vale ressaltar que a educação popular alcançou repercussão internacional com o trabalho de Paulo Freire, embora este tenha uma percepção fenomenológica da realidade, centrada no indivíduo e não na classe, estimulando o localismo e o individualismo, sua contribuição tornou-se importante para a história da educação, na organização do povo para pensar a

sua realidade. Seu discurso tinha princípios de materialidade mais na prática tendeu apenas para a aquisição de direitos humanos e civis fundamentais, proposições da democracia burguesa, não para transformação radical da sociedade que mudasse as superestruturas. Sobre esse assunto (RIBEIRO, 2008, p.55 *apud* PAIVA, 1979, p. 12), acrescenta:

Paiva situa a “pedagogia do oprimido” dentro de um projeto nacional de desenvolvimento ou de emancipação nacional. Para a autora, este projeto está carregado de contradições porque desconsidera o antagonismo das classes sociais no capitalismo, já instaurado no Brasil. Ao invés disso, questiona a autora, o problema se desloca para a crítica ao colonialismo e à educação do colonizador. Para ela, se a pretensão é formular um projeto de transformação da sociedade, é imprescindível que tenhamos à mão categorias mais precisas. Se a (...) ‘pedagogia do oprimido’ é a pedagogia das classes dominadas, a pedagogia camponesa, a pedagogia operária, a pedagogia comprometida com a transformação profunda das estruturas sociais, então, ela precisa ser inserida no contexto dos antagonismos de classe e das lutas que decorrem aí.

Percebe-se, então que esta educação pode existir em diferentes contextos: nos movimentos sociais: de trabalhadores, camponeses, sindicatos, associações em assentamentos rurais, em aldeias indígenas, no ensino de jovens e adultos, em instituições socioeducativas, em todos os espaços onde se busca a superação da alienação pela superação da subordinação do trabalho ao capital. Como relata Beatriz Costa (1984, p.11) “o outro lado da moeda é que a classe dominada não aceita passivamente o poder que a domina. A sua resistência brota da própria necessidade de sobreviver (...) impondo as suas próprias regras”.

Portanto, essa proposta pedagógica de caráter popular, constitui o professor enquanto um trabalhador, um cientista e educador. Uma educação científica e popular que permite a compreensão do todo, do conhecimento filosófico, do estudo da práxis, da lógica dominante do capitalismo: O imperialismo, a era dos monopólios etc. Uma teoria científica do proletariado, considerando-se que a classe dominada precisa de rigor científico para se libertar, e não apenas de vontade própria, pois ninguém transforma o que não conhece a fundo.

Essa educação pretende fazer o proletariado se apropriar e entender o mundo. Como afirma Arroyo, (1987, p.17) “a escola não é agente de libertação das camadas populares, mas é necessário que setores populares tenham

tempo e espaço para pensar de maneira sistematizada, conhecer a história de nossa formação, entender e dominar o saber”.

A educação básica na escola pública de acordo com dados do MEC<sup>5</sup> consta no Brasil de cerca de mais de 45 milhões de alunos e mais de 2 milhões de professores. A LDB em seu art. 12 prevê que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Desse processo devem participar professores e demais atores do sistema educacional.

Dessa forma, constata-se que a unidade do sistema de ensino goza de uma relativa autonomia podendo na medida da compreensão de professores, educadores e demais trabalhadores da educação desenvolver um trabalho pedagógico de caráter classista articulado com os interesses da classe trabalhadora a qual pertence todos os trabalhadores da educação. Nem todos, no entanto têm consciência do seu pertencimento a esta classe. Estes embora vivam em condições proletárias se limitam ao papel de agentes da reprodução da ideologia dominante.

A escola pública é, portanto um lugar de contradição entre a concepção burguesa e a concepção proletária de caráter classista. Entretanto, não deixa de ser um espaço possível para o desenvolvimento de ações educativas de caráter popular, essa máxima cabe também a socioeducação. Isso se tornará tanto mais possível quanto maior for o relacionamento e a aproximação do projeto pedagógico da escola com a educação popular de caráter classista. Envolvendo os aspectos da experimentação científica, da luta de classes dos trabalhadores, “pois se faz necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução... capaz de uma nova fundação de sociedade”. (Marx e Engels, 2007, p.42).

Somente a luta de classes poderá educar os educadores tornando-os capazes ou “intelectuais orgânicos” tais como definidos por Gramsci, a desenvolver uma educação da classe e para a classe.

---

<sup>5</sup> [Http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais?](http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais?) [www.blogeducacao.org.br/educacao-basica-do-total-docentes-815-sao-mulheres/](http://www.blogeducacao.org.br/educacao-basica-do-total-docentes-815-sao-mulheres/)

A luz dessa compreensão procura-se analisar os aspectos pedagógicos da socioeducação no Município de Campo Largo.

### 3. A SOCIOEDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

O trabalho de pesquisa realizou-se através da análise de documentos produzidos pelo poder público bem como, de um roteiro de entrevistas semi estruturado.

Entrevistou-se um técnico de cada uma das equipes que trabalharam com as medidas socioeducativas em Campo Largo desde o seu início em 2008 até o ano em curso de 2011. No total foram entrevistados três técnicos, que preferiram guardar sigilo de sua identidade.

Objetivou-se: Averiguar as propostas sociopedagógicas desenvolvidas para as medidas socioeducativas. Caracterizar atuação dos profissionais nesse processo educativo. Esclarecer como ocorreu a municipalização da política de socioeducação.

Para alcançar os objetivos propostos foram levantadas as seguintes questões aos técnicos: 1) Qual a concepção de educação que norteia o trabalho pedagógico? 2)Quais são as práticas educativas desenvolvidas? 3) Como aconteceu a municipalização das medidas socioeducativas?Quais as dificuldades encontradas? 4) Como são realizadas as capacitações para os técnicos?

#### 3.1 Sobre o município de Campo Largo

O Município de Campo<sup>6</sup> Largo situa-se na Região Sudeste Paranaense, em posição privilegiada, no corredor de exportação para o Mercosul, distante 24,5 km da capital, tendo como principal acesso a Rodovia Federal BR-277. A superfície do território municipal é de 1.359,565 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 2% da área total do Estado. Foi emancipado em 23 de Fevereiro de 1871.

Limita-se ao Norte com Castro, a Nordeste com Campo Magro e Itaperuçu, a Noroeste com Ponta Grossa, ao Sul com Araucária, a Sudoeste com Balsa Nova, a Leste com Curitiba e a Oeste com Palmeira. A população do município esta estimada em 113.881 habitantes em 2011.

---

<sup>6</sup> As informações sobre o município de Campo Largo foram obtidas através dos sites do IPARDES e do próprio município.

O município de Campo Largo serviu no início da colonização do Paraná e principalmente dos arredores de Curitiba, como pouso de tropeiros gaúchos em trânsito para São Paulo e também para criação de gado. Apesar do processo que houve com colonizadores pioneiros, o desenvolvimento de Campo Largo, foi mais intenso, com a chegada dos imigrantes, principalmente italianos e poloneses, a partir de 1875.

As atividades econômicas desenvolvidas que se destacam são: indústrias cerâmicas (azulejos, pisos e louças), indústria moveleira e metal-mecânica. À agricultura, com as produções de feijão, batata e cebola e na fruticultura as produções de maçã, uva e pêssego. As atividades agropecuárias existentes são: bovinocultura de leite, suinocultura avicultura, piscicultura, e apicultura.

Em relação à escolaridade os números são: 2.468 (2010) alunos matriculados na Pré-Escola; 18.853 (2010) alunos no Ensino Fundamental; 5.106 (2010) alunos no Ensino Médio; 804 (2009) alunos no Ensino Superior.

### 3.2 Identificação dos principais documentos alvos da pesquisa.

Essa pesquisa constitui-se a partir dos seguintes documentos:

3.2.1 SINASE – Este documento contém o conceito e a integração das políticas públicas para a socioeducação a nível Nacional, serviu para identificar as normativas do governo federal para execução das práticas socioeducativas. Alvo de descrição em todo este trabalho acadêmico.

3.2.2 Caderno do IASP - Compreendendo o Adolescente, neste identificou-se o conceito que o Estado do Paraná tem em relação ao adolescente cumpridor de medida socioeducativa, “adolescência não como crise, mas sim como uma importante fase de transição entre duas etapas da vida, na qual o indivíduo moldará a sua identidade, fará suas escolhas” (idem, p.15).

3.2.3 Caderno do IASP – Práticas de Socioeducação, neste constatou-se a concepção de educação que norteia o trabalho com as medidas socioeducativas “a dialética e interacionista, porque contempla a dinâmica das

instituições família, escola, trabalho, rede de serviços de atendimento (...) coloca o foco do trabalho no adolescente... na construção de um projeto de vida”. (idem, p.17). Dentre os autores que são referência para essa proposta pedagógica destacam-se: Makarenko, Celestin Freinet, Paulo Freire e Antonio Carlos Gomes da Costa. Vale destacar que a concepção de que o adolescente juntamente com os profissionais que atuam nesse trabalho educativo são responsáveis pelas conseqüências positivas ou negativas desse processo estão presentes em todo este documento.

3.2.4 Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009. (Anexo 1). Esta resolução aprova a tipificação Nacional de todos os Serviços Socioassistenciais desenvolvidos pelo CREAS, inclusive, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) base desse estudo. Este documento trata também da descrição dos serviços, os usuários, os objetivos, as provisões, as aquisições dos usuários, as condições e formas de acesso, abrangência e o impacto social esperado.

3.2.5 Acompanhamento de Medidas Socioeducativas (Anexo 2). Este documento representa o que poderia chamar-se de Plano Individual de Atendimento (PIA), “constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família” (SINASE, p. 52). A partir do diagnóstico realizado através desse plano são feitos todos os encaminhamentos de ordem Jurídica, Saúde, Psicológica, Social, Pedagógica necessários para o cumprimento da medida e os quais o município poderá atender dentro de suas possibilidades.

Igualmente, todos esses outros documentos citados têm fundamentação teórica no SINASE.

### 3.3 O ambiente pesquisado

As medidas socioeducativas em Campo Largo, eram atendidas no Fórum através do SAIJ, no ano de 2008, passaram para responsabilidade do município através do CREAS.

O CREAS de Campo Largo atende neste ano de 2011 de janeiro a agosto, um total de 44 adolescentes entre 13 a 18 anos. 80% dessa clientela cumprem medida por tráfico de drogas, os outros 20% por furtos, brigas e uso de drogas, segundo informações do próprio órgão.

Os espaços destinados ao atendimento dos adolescentes, apresentam-se de acordo com as normas do SINASE: “local específico, contando com salas de atendimento individuais e em grupo, sala de técnicos e demais condições para garantir que a estrutura física facilite o acompanhamento dos adolescentes e seus familiares”. (SINASE, 2006, p.50)

Atualmente a equipe multiprofissional do CREAS que atende todas as suas demandas é composta por: 1 coordenador- com formação em assistência Social; 2 psicólogos, 3 assistentes sociais, 1advogado, 1 pedagoga (em processo de efetivação) 1 motorista, 2 estagiários: 1 em serviço social e outro em psicologia; entretanto a equipe que permuta entre o PAEFI e o liberdade cidadã é composta apenas por um psicólogo e um assistente social, mas os adolescentes predominam em seus atendimentos.

Dessa equipe técnica foram selecionados os técnicos do CREAS respondentes das questões da pesquisa (item – 3.4). Esses são os responsáveis pela implementação da rotina do trabalho pedagógico (item – 3.5)

Constata-se que não existe uma equipe exclusiva para o atendimento as medidas socioeducativas de meio aberto de acordo como propõe o SINASE (2006)

...no caso das medidas socioeducativas de meio aberto, a equipe mínima de PSC deve ser composta por: 01 técnico para cada vinte adolescentes, 01 Referência socioeducativo (profissional de nível superior) para cada grupo de até dez adolescentes (...) A equipe Mínima de LA deverá ser composta por técnicos de diferentes áreas do conhecimento garantindo o atendimento psicossocial e jurídico pelo próprio programa ou pela rede de serviços existente, sendo a relação quantitativa determinada pelo número de adolescentes atendidos: no caso de Liberdade Assistida Institucional (LAI), cada técnico acompanhará, simultaneamente, no máximo vinte adolescentes. (SINASE, 2006, P.43 e 44)

Em relação a esse conflito de operacionalização das medidas, o técnico<sup>1</sup>, esclarece que enquanto o SINASE criou a política para as medidas socioeducativas, o SUAS responsabilizou-se pela sua execução através do CREAS criando estratégias próprias de trabalho, mas adequadas as realidade do município.

### 3. 4 A fala dos técnicos

#### A questão 1) Concepção de educação.

A concepção de educação que trabalhamos era a dialética interacionista, que consta nos cadernos do IASP, nos foi apresentada quando fizemos a capacitação através da secretaria da criança e da juventude. Ela prega que o trabalho deve ser feito com a participação do adolescente, é responsabilidade do técnico e do adolescente o cumprimento da medida (técnico 1)

O que eu posso dizer em relação a uma concepção de educação é que todo o nosso trabalho foi desenvolvido a partir das referências que nos foi dado pelo IASP, os cadernos, o livro do SINASE, o livro do Carlos Gomes da Costa: a pedagogia da presença, o nosso trabalho era realizado a partir dessas leituras que eram feitas em equipe. (técnico 2)

Não posso conceituar uma concepção de educação, porque não sou da área, quando chegar o pedagogo, que em breve fará parte da equipe, ele poderá definir melhor essa questão, o que posso falar é que trabalho com base na resolução 109 de 11 de novembro de 2009 do SUAS, essa resolução trata de todos os serviços desenvolvidos pelo CREAS, inclusive das medidas socioeducativas. (técnico 3)

#### A questão 2) Práticas educativas.

O adolescente chegava acompanhado do familiar, e era atendido pela equipe, que preenchia a ficha de acompanhamento do adolescente, explicava a medida, fazia os encaminhamentos, e passava a atender o adolescente semanalmente ou quinzenalmente dependendo do caso. (Técnico 1)

Quando chegamos aqui fomos informados pela equipe anterior, que eles faziam o acolhimento, o atendimento individual, os relatórios ao poder judiciário e o acompanhamento do PSC. Nós acrescentamos a esse trabalho o atendimento em grupo dos adolescentes e dos familiares. (técnico 2)

Eu trabalho com três eixos: família educação e trabalho, a família a gente faz o acolhimento e trabalha nos grupos temas que são detectados as necessidade nos atendimentos individuais, são feitos os encaminhamentos para a escola, para a saúde, para cursos, o curso que temos agora disponível é o curso de informática, mas trazemos também oficinairos que trabalham outros temas direcionados para o mercado de trabalho, para a prevenção do uso de drogas e assim por diante. (técnico 3)

A questão 3) Como aconteceu a municipalização, as dificuldades encontradas?

Fizemos o teste seletivo, e entramos cru, não sabíamos de nada, nem o que era socioeducação, tinha o espaço de trabalho, com móveis velhos emprestados de outros setores da secretaria, não tinha material pedagógico nenhum, tinha que correr atrás, até que tivemos contato com a secretaria da criança e da Juventude e eles nos deram todo apoio. (técnico 1)

A principal dificuldade é que não havia uma rede de serviços integrada, por isso não se conseguia fazer os encaminhamentos que eram necessários, e isso emperrava o trabalho, também não se entendia direito o papel de cada um na equipe e essa situação gerava conflitos. (técnico 2)

A dificuldade inicial foi tomar conhecimento do trabalho, mas eu fui atuando na minha área específica e tomado conhecimento das outras atividades, as outras equipes já deixaram um trabalho bem organizado, a outra dificuldade é o pedagógico, porque ainda não tem esse profissional na equipe. (Técnico 3)

Questão 4) Como aconteceram as capacitações para os técnicos? Os técnicos de duas equipes responderam que foram capacitados pela SECJ/IASP, em temas como: o ECA, o SINASE, e os cadernos socioeducativos que compõem a política estadual de socioeducação, estes com base no SINASE. O técnico da equipe atual relata que ainda não recebeu capacitação pelo Estado, mas que está de posse de todos os documentos das capacitações anteriores. E inclusive da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que também se baseia para realizar seu trabalho.

Constatou-se que houve um entendimento entre Estado e Município no interesse de construir uma política única de socioeducação.

Percebe-se que todos os técnicos demonstram responsabilidade e compromisso com o trabalho que realizam, e seguem dentro das possibilidades que lhes foram dadas de acordo normativas pelas quais foram orientados. E que as dificuldades encontradas foram e estão sendo superadas de acordo com as limitações impostas pelo próprio sistema.

Esses técnicos, quando indagados sobre a não existência de um projeto pedagógico dentre os documentos apresentados responderam que não houve tempo hábil para sua construção em consequência do teste seletivo ficaram aproximadamente um ano na instituição, mas que as ações estavam acontecendo faltando apenas o seu registro, a equipe atual composta de funcionários estatutários aguarda a chegada do pedagogo para compor a equipe e prosseguir este trabalho.

Entretanto, constata-se que o projeto pedagógico é considerado pelo SINASE como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo que todos os programas devem tê-lo claro e escrito em consonância com seus princípios:

O projeto pedagógico deverá conter minimamente: objetivos, público-alvo, capacidade, fundamentos teórico-metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe. Este projeto será orientador na elaboração dos demais documentos institucionais (regimento interno, normas disciplinares, plano individual de atendimento). Sua efetiva e conseqüente operacionalização estará condicionada à elaboração do planejamento das ações (mensal, semestral, anual) e conseqüente monitoramento e avaliação (de processo, impacto e resultado), a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias). (SINASE, 2006, p.47)

Vale ressaltar que o projeto pedagógico pode ser o espaço de construção de uma proposta contra hegemônica de sociedade, como já foi abordado anteriormente, caso os atores que fazem parte desse processo estejam comprometidos com a classe popular.

De acordo com o relato dos técnicos as ações educativas dos adolescentes em socioeducação não se limitam à escolarização, ainda incluem a inserção em grupos de atividades culturais, esportivas, de lazer e profissionalizantes bem como atendimento individual e em grupo com ações de orientação, conscientização e capacitação aos adolescentes e pais sobre direitos e deveres e temas atuais que possibilitam a melhor inserção do adolescente no convívio social e comunitário.

O SINASE ainda acrescenta que a prática pedagógica deve ser orientada por essas diretrizes:

1. Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios;
2. Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo;
3. Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas;
4. Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa;
5. Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo;
6. Diretividade no processo socioeducativo;
7. Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa;
8. Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional;
9. Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente;
10. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica;
11. Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa;
12. Formação continuada dos atores sociais; (SINASE, p. 47-49).

Todas essas orientações, objetivam garantir a doutrina da Proteção Integral defendida pelo ECA, que pretende atender a essa demanda de adolescentes excluídos fisicamente, materialmente, espiritualmente e culturalmente. Oportunizando nem que seja teoricamente, a estes a possibilidade de superação da situação de exclusão. Pois, dependem das condições de cada município em ofertar os diferentes programas e serviços sociais e públicos para que sejam efetivadas.

### 3.5 A rotina do trabalho pedagógico

O atendimento dos adolescentes é organizado a partir de algumas fases<sup>7</sup>, que embora aconteçam muitas vezes simultaneamente, são definidas para garantir a qualidade do atendimento durante todo o processo de cumprimento da medida socioeducativa.

A primeira fase consiste na acolhida ou acolhimento, ocorre a partir do momento que o adolescente chega ao CREAS, acompanhado de seu responsável, com um documento do judiciário determinando qual à medida que deverá cumprir. O adolescente é encaminhado a um técnico de referência que procederá a interpretação da medida, e dará as informações que o adolescente precisa ter conhecimento sobre todas as atividades que deverá realizar.

Essa fase compreende ainda o preenchimento da ficha de acompanhamento do adolescente que é realizada através de entrevista, e contém levantamento de dados sobre o contexto sociofamiliar, a prática infracional, e o compromisso do adolescente e seu responsável com a medida aplicada.

A segunda fase, o conhecimento do caso, é realizada por cada técnico que de acordo com os seus instrumentais específicos passa a aprofundar-se sobre o conhecimento do adolescente através de algumas ações: “visitas à família; estudo do processo judicial; avaliações pedagógicas; atendimentos individuais e em grupos; observações diretas do comportamento do

---

<sup>7</sup> A definição dessas fases tem por base o caderno do IASP – “Práticas de Socioeducação”. Com algumas diferenciações para adaptar-se as medidas socioeducativas de meio aberto.

adolescente; entrevistas, sondagem de aptidões e interesses” (IASP, 2007, p.47).

Outra etapa desta fase é o estudo de caso. A equipe multiprofissional se reúne, e mediante todo o conhecimento obtido sobre o adolescente, acorda sobre as intervenções sociopedagógicas que podem ser realizadas para que o adolescente supere a sua condição de infrator. Nesse momento também são elaborados relatórios informando a situação do cumprimento da medida ao judiciário <sup>8</sup>.

De acordo com o IASP (2007), a qualidade no trabalho socioeducativo deve ser buscada essencialmente na relação dos profissionais socioeducativos com os adolescentes. E deve ser pautada pelo diálogo, a confiança e a afetividade para formação de vínculos, a fim de alcançar os objetivos propostos para formação integral desses adolescentes:

- 1) Ajudar o adolescente a entrar em contato consigo mesmo, favorecendo: o fortalecimento da auto-estima e autoconceito; o desenvolvimento de habilidades de auto-observação e reflexão; a descoberta de suas próprias características, potencialidades e interesses.
- 2) Incentivar o adolescente a enfrentar suas dificuldades, desenvolvendo capacidade de: resolver situações-problema nas atividades propostas; tomar decisões; utilizar o diálogo como forma de lidar com conflitos e tomar decisões coletivas; persistir em seus esforços de enfrentamento de dificuldades.
- 3) Analisar com o adolescente as motivações e conseqüências de seus padrões comportamentais, contemplando também os relacionados à prática do ato infracional.
- 4) Buscar a manutenção dos progressos comportamentais do adolescente, oportunizando sua reprodução no maior número de ambientes possíveis.
- 5) Despertar e reforçar os valores morais, como respeito, o valor à vida, a tolerância, a responsabilidade, a igualdade, a justiça e a paz, para que passem a ser referenciais no modo de agir do adolescente.
- 6) Estimular o adolescente a realizar uma leitura crítica e autônoma de si mesmo e do mundo a sua volta.
- 7) Acompanhar o adolescente em um processo de conscientização de sua história de vida, possibilidades para o futuro e desejo de mudança.
- 8) Propor no dia-a-dia situações e atividades que estimulem e favoreçam: a interação, participação e cooperação em grupo; o respeito pelas diferenças pessoais e a empatia; a conscientização da importância das normas para o convívio social; a responsabilização pelos atos que pratica; a possibilidade de resolução de problemas por meio de uma vivência pacífica; a reflexão e o exercício da cidadania pelo adolescente, preparando-o para a vida em uma sociedade democrática.
- 9) Oferecer condições para que o adolescente possa analisar, e se necessário, construir novas formas de se relacionar com: seus familiares, namorada, parceira ou cônjuge; seu grupo de amigos; sua comunidade.
- 10) Valorizar e/ou ajudar o adolescente a desenvolver: a curiosidade e o prazer de aprender; a criatividade e a iniciativa; formas de expressão simbólica e artística; o hábito do estudo autônomo, disciplinado e responsável; a percepção do trabalho como meio de transformação social.
- 11) Promover atividades específicas e fora do atendimento na instituição para o desenvolvimento físico, cognitivo, espiritual, estético, afetivo e social, de modo que o adolescente: adquira o mínimo de habilidade e conhecimentos para operar no mundo com instrumentalidade para

---

<sup>8</sup> O prazo de envio do relatório é determinado pelo judiciário e somente é alterado em caso de descumprimento da medida.

realizar seu projeto de vida; busque alternativas para sobreviver sem entrar em conflito com a lei; valorize suas conquistas e estimule a continuação de seu plano de atendimento; aproveite as oportunidades de experimentar, pouco a pouco, à liberdade responsável. (IASP, 2007, p. 35-37)

Este ano o CREAS desenvolveu com os adolescentes as seguintes atividades:

- No atendimento individual o reforço a atitudes positivas diante da vida, através de diversas formas de expressão: materiais lúdicos, desenhos, letras de música etc. Realizaram-se os atendimentos de LA e PSC semanalmente.
- No atendimento em grupo, orientação para o trabalho através de dinâmicas visando mudança de comportamento e desenvolvimento da autoestima, e ainda, oficinas práticas como elaboração de currículo. Realizaram-se atendimentos em grupos mensalmente.
- Na capacitação para o trabalho disponibilizou-se o curso de informática básica.
- Na questão cultural, houve apenas informações sobre a agenda cultural do município, os estágios, as possibilidades de realizar cursos em Campo Largo e Curitiba.
- Os encaminhamentos foram feitos à saúde, alguns para tratamento de dependência química. E a algumas instituições públicas para cumprimento de PSC. E outros a escola. Com a escola realiza-se um acompanhamento direto da frequência, comportamento e rendimento escolar do adolescente.
- As avaliações e elaboração de relatórios ao poder judiciário são realizadas, na equipe multiprofissional durante todo o cumprimento da medida.

A participação dos pais acontece principalmente através do trabalho em grupo, ou diante de alguma falha no cumprimento da medida. O chamamento dos pais é feito sob convocação, e dessa forma geralmente comparecem em peso.

De acordo com o relato do técnico 3, os temas discutidos com os pais este ano foram: limites, diálogo com a família, autoestima dos pais.

Constatam-se as limitações do Município de Campo Largo no atendimento integral aos adolescentes em conflito com a lei, principalmente pelas poucas opções de serviços públicos. Realmente se confirma a afirmação do IASP de que a responsabilidade maior pela superação da condição de infrator dos adolescentes, se concentra no trabalho desenvolvido pelos técnicos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado no CREAS em Campo Largo, como pedagoga, com adolescentes infratores constituiu-se na motivação principal para realização desse estudo. Na organização do trabalho pedagógico nesta instituição percebeu-se que a maioria desses adolescentes não apresentava perspectivas positivas diante da vida. Optou-se pela busca de conhecimento científico na intenção de encontrar propostas de trabalho que pudessem contribuir para transformação da realidade desses adolescentes.

Desta forma, na construção desse trabalho procurou-se relacionar a socioeducação ao materialismo histórico e dialético, igualmente a educação escolar e educação popular como forma de superação de uma educação que aparentemente parecia centrada apenas no pragmatismo, no utilitarismo, em uma tentativa de conceber a socioeducação enquanto uma educação popular, entendendo que qualquer tipo de educação só tem sentido, em uma perspectiva classista, se for capaz de proporcionar aos adolescentes as condições necessárias para que eles leiam o mundo e possam transformá-lo.

Entretanto constatou-se que essa educação social apresenta uma porta aberta ao mesmo tempo para manutenção da ordem vigente ou para sua transformação uma vez que toma por base autores como Makarenko um materialista e ao mesmo tempo Paulo Freire e Freinet fenomenológicos.

Cabe, pois também aqueles que atuam como profissionais nesses espaços educativos construam uma prática contra hegemônica assumindo-se enquanto proletários e comprometendo-se com a classe popular, contribuindo para criar as condições necessárias para a emancipação humana desses adolescentes. Como diz Gramsci (2004, p.15) cada classe cria para si os seus “intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”.

O esforço teórico de análise dessas questões envolvendo a socioeducação; embora diante das limitações apresentadas pela autora de ordem pessoal, profissional, temporal e principalmente por se tratar de uma iniciação científica, um tatear experimental pela filosofia do materialismo e por uma educação popular classista, mesmo assim, possibilitou o desvelar da

contribuição principal desse estudo a possibilidade de repensar a socioeducação para além do capital. Assim como uma maior humanização e reconhecimento da importância da pedagogia na socioeducação, “para que realmente haja a prevalência da ação educativa sobre a punitiva”. (Ramos, 2010, p.7).

Síntese das idéias centrais concluídas em cada capítulo:

No primeiro capítulo, procurou-se trabalhar a categoria básica do materialismo histórico: o trabalho, que possui em si a capacidade ao mesmo tempo de manutenção ou transformação das relações alienantes da produção, através da práxis. A práxis é entendida como atividade produtiva transformadora das relações sociais e como prática social no processo de conhecimento. Dá-se ênfase a educação proposta por Marx – a Politecnicia, bem como destaca a preocupação e as soluções apontadas por Marx para a proteção de crianças e adolescentes vítimas da exploração do capital. Conclui-se também que a socioeducação está longe de representar uma educação do povo.

No segundo capítulo, conceitua-se o que é socioeducação. Uma educação que atende adolescentes em conflito com a lei e pretende desenvolver nestes algumas capacidades. Destaca-se a relação entre escola e socioeducação que não tem se apresentado de forma muito positiva, pois a maioria dos adolescentes ingressos na socioeducação tem seus laços rompidos com a escola, porque não conseguem uma identificação com a mesma. Conclui-se que a educação da classe dominante não atende aos ideais desses adolescentes. A saída para esse impasse seria a identificação da educação com os desejos e anseios dessa população. Portanto, apresenta-se a educação popular como uma alternativa de educação Marxista, que se configura não apenas como um discurso político, mas como prática social fundamentada no conhecimento científico. E que difere da educação intitulada de popular que apenas dilui os trabalhadores em princípios burgueses.

No terceiro capítulo constata-se que o trabalho socioeducativo realizado em Campo Largo, toma por base documentos nacionais e estaduais para desenvolver sua prática. Entretanto, nem todas as normativas desses documentos condizem com a realidade de execução das medidas socioeducativas no município, principalmente pela limitação dos serviços

públicos ofertados aos adolescentes no cumprimento das medidas. O que dificulta a implementação dos objetivos socioeducativos propostos nesses documentos.

Diante do exposto, à luz dos assuntos aqui desenvolvidos, considera-se, ainda a necessidade de aprofundar a análise da socioeducação pela teoria do materialismo histórico e dialético, bem como pela educação popular classista, abrangendo os seguintes tópicos:

- O judiciário na decisão das medidas socioeducativas;
- O que pensam os adolescentes sobre o cumprimento de uma medida socioeducativa;
- Comparativo sobre as práticas socioeducativas desenvolvidas em pelos municípios;
- O projeto pedagógico no âmbito da socioeducação.

## 5. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **A escola e o movimento social: relativizando a escola.** ANDE, São Paulo, n. 12, p. 15-20, 1987.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9394/96. Ministério da Educação. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).** Brasília, 2006.

CAMPO LARGO, Dados sobre a cidade. Campo Largo, 2011. Disponível em: <http://site.campolargo.pr.gov.br/uploads/ac100afe-aad-5cd5.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2011.

COSTA, A.C. Gomes da e VIEIRA, M. Adenil. **Protagonismo Juvenil Adolescência, educação e participação democrática.** 2.ed. São Paulo: FTD; Salvador, BA: Fundação Odebrecht, 2006.

COSTA, Beatriz. **Para analisar uma prática de educação popular.** 4ª ed. Vozes. 1984.

ENGELS, Friedrich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.) **A Dialética do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-34.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não – Formal no Brasil: anos 90. **Cidadania/Textos n.10 p.1-15, 1997.**

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais, o princípio educativo Cadernos do cárcere – Caderno 12-1932: **(apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais).** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, Octávio. O mundo do Trabalho. IN FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **A Reinvenção do Futuro.** São Paulo: Cortez, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** Abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 2007.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho.** São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do Ensino**. Lisboa: Ed. Moraes, 1978. Parte II.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **“A ideologia Alemã”** São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29-96.

MARX, Karl. Primeiro esboço de **“A guerra Civil na França”**. *Apud* MAESPERO, 1976.

MARX, Karl. **“O Capital: Crítica da Economia Política”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.57-105.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRANDA, Sônia Guariza. **Crianças e adolescentes em situação de rua: Políticas e Práticas Sócio – Pedagógicas do Poder Público**. Tese de Doutorado. Curitiba 13 de junho de 2005, UFPR.

PARANÁ. Cadernos do IASP – **Compreendendo o Adolescente**. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Cadernos do IASP – **Práticas de Socioeducação**. Curitiba, 2007.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil do Município de Campo Largo**. Curitiba, 2011. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/) monta perfil. php. Acesso em: 10 de nov. 2011.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Auda Aparecida de. **A gestão nos centros de socioeducação no estado do Paraná frente aos desafios da construção dos projetos políticos pedagógicos de cada CENSE**. Monografia. Curitiba, 2010, UFPR.

RIBEIRO, M. Educação popular: um projeto coletivo dos movimentos sociais populares. **PERSPECTIVA**, Florianópolis. V.26, n. 1, 41-67, jan/jun. 2008. disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso: 05 agosto. 2011

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias, IN: FERRETTI, C. J. et al. (org.) **Novas tecnologias, Trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TORRES, E.N. da Silva. Educação: a natureza do capital que transforma tudo em mercadoria. **Verinotio**. N. 11, Ano VI, abr/2010 – ISS 1981 – 061X Disponível em [www.verinotio.org/Verinotio\\_revistas/n11/artigos/art4\\_eli.pdf](http://www.verinotio.org/Verinotio_revistas/n11/artigos/art4_eli.pdf). Acesso: 05 agosto. 2011

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**; tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (cap. I e II).

## **6. ANEXOS**

## Anexo 1

# RESOLUÇÃO Nº. 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

**NOME DO SERVIÇO:** SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

**DESCRIÇÃO:** O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do (a) adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do (a) adolescente.

O acompanhamento social ao (a) adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do (a) adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

**USUÁRIOS:** Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

### **OBJETIVOS:**

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o (a) adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

## **PROVISÕES**

**AMBIENTE FÍSICO:** Espaços destinados à recepção, sala de atendimento individualizado com privacidade, para o desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, atividades de convivência e atividades administrativas, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT.

**RECURSOS MATERIAIS:** Materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.

**MATERIAIS SOCIOEDUCATIVOS:** pedagógicos, culturais e esportivos. Banco de Dados de usuários (as) de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.

**RECURSOS HUMANOS** (de acordo com a NOB-RH/SUAS).

**TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO:** Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contra-referência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social pró-ativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

## **AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS**

### **Segurança de Acolhida**

- Ser acolhido em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo;
- Ser estimulado a expressar necessidades e interesses.

### **Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social.**

- Ter acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, conforme necessidades;
- Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e social.

### **Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social.**

- Ter assegurado vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania.
- Ter acesso a:
  - Oportunidades que estimulem e ou fortaleçam a construção/reconstrução de seus projetos de vida;
  - Oportunidades de convívio e de desenvolvimento de potencialidades;
  - Informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto;
  - Oportunidades de escolha e tomada de decisão;
  - Experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando modos de pensar, agir e atuar coletivamente;
  - Experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites;

- Possibilidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e participar na construção de regras e definição de responsabilidades.

### **CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO**

**CONDIÇÕES:** Adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

**FORMAS:** Encaminhamento da Vara da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente.

**UNIDADE:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

**PERÍODO DE FUNCIONAMENTO:** Dias úteis, com possibilidade de operar em feriados e finais de semana.

Período mínimo de 5 (cinco) dias por semana, 8 (oito) horas diárias.

**ABRANGÊNCIA:** Municipal e/ou Regional.

#### **Articulação em rede:**

- Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Serviços das políticas públicas setoriais;
- Sociedade civil organizada;
- Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva;
- Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

### **IMPACTO SOCIAL ESPERADO**

#### **Contribuir para:**

- Vínculos familiares e comunitários fortalecidos;
- Redução da reincidência da prática do ato infracional;
- Redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional.

## Anexo 2

### ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Cadastro n° \_\_\_\_\_

Autos n° \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Medida: \_\_\_\_\_

Tempo determinado: \_\_\_\_\_ Início: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ término: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Ato Infracional: \_\_\_\_\_

#### Dados do adolescente:

Nome: \_\_\_\_\_ D.N.: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_ natural de \_\_\_\_\_

Reside com quem: \_\_\_\_\_

Filhos: ( ) sim ( ) não Quantos? \_\_\_\_\_

Trabalha: ( ) sim ( ) não Registrado: ( ) sim ( ) não Salário: R\$ \_\_\_\_\_

Documentação: RG ( ) CPF ( ) Título eleitor ( ) C.N. ( ) CTPS ( ) Alistamento militar ( )

N°: \_\_\_\_\_

Filiação:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### Endereço:

\_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Próximo: \_\_\_\_\_ Reside há quanto tempo: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Tipo de moradia: ( ) própria ( ) alugada ( ) cedida ( ) área de invasão ( ) não informado

Estrutura de moradia: ( ) madeira ( ) alvenaria ( ) mista ( ) outros N° de cômodos: \_\_\_\_\_

Energia elétrica ( ) sim ( ) não Água tratada ( ) sim ( ) não Rede de esgoto ( ) sim ( ) não

Coleta de lixo: ( ) sim ( ) não Reciclável ( ) sim ( ) não Escritura do terreno ( ) sim ( ) não

Condições de higiene ( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Péssima

Está inserido em algum Programa do Governo, qual? \_\_\_\_\_

Cartão SUS ( ) sim ( ) não

Qual unidade de saúde utiliza? \_\_\_\_\_

Já participou de algum curso de geração de renda? \_\_\_\_\_

**Referências escolares:**

Escola: \_\_\_\_\_

Série: \_\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_ houve reprovação, em qual série e escola? \_\_\_\_\_

Outras informações: \_\_\_\_\_

**Profissionalização:**

Já teve alguma experiência profissional? Qual empresa e função? Era registrado, qual o salário? \_\_\_\_\_

Tem cadastro na agência do trabalhador ou órgão de estágio? ( ) sim ( ) não

Possui algum curso de capacitação? Idiomas? ( ) sim ( ) não Qual?: \_\_\_\_\_

Tem interesse em fazer algum curso? Possui alguma habilidade? \_\_\_\_\_

Tem algum plano para o futuro? \_\_\_\_\_

Como tem utilizado seu tempo? \_\_\_\_\_

**Saúde:**

Tem ou teve algum problema de saúde? Faz algum tratamento? Onde? \_\_\_\_\_

E na família existe alguém com problemas de saúde? Qual? \_\_\_\_\_

Faz uso de algum tipo de substância química? Qual? \_\_\_\_\_

E na família? \_\_\_\_\_

Possui algum tipo de deficiência? Qual? \_\_\_\_\_

E na família? \_\_\_\_\_

**Comprometimento da família em relação à medida socioeducativa:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





